

**Exmo. Sr. Presidente**  
**Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto**

**Exmos. Srs. Deputados**

No âmbito da audiência pública de entidades do Desporto, a Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, na impossibilidade de o fazer pessoalmente por questões técnicas de ligação durante a audiência, gostaria, ainda assim, de uma forma muito resumida de expor o seguinte:

Começar por dizer que falar de Desporto é o mesmo que falar de saúde. É através do desporto que se promovem bons hábitos e princípios de vida, não só em termos de saúde, mas também nas questões relacionadas com a formação transversal de cada indivíduo. Através do desporto temos a oportunidade de aprender grandes lições de vida, que vão desde a responsabilidade, sacrifício e perseverança, saber lidar com as frustrações da derrota e mesmo assim continuar a lutar, ao mesmo tempo também saber garantir o respeito pelo outro quando vencemos. Todos os dias nos confrontamos com estes valores que são construídos através do desporto e que têm um transfere natural para a vida familiar e profissional, por esta razão temos a certeza que sem desporto a sociedade Portuguesa seria muito mais pobre.

Mas falando de saúde pública e dos momentos que vivemos, importa que se entenda que o desporto nas suas estruturas de especialidade, ou seja, nas federações, tem em si mesmo um conhecimento imensurável e que tem de ser aproveitado pelos decisores políticos, pois só as federações compreendem o desporto nas suas diferentes dimensões. Por essa mesma razão foi solicitado a que as federações no âmbito do seu conhecimento e responsabilidades, contribuíssem na adaptação das suas práticas de forma a que se cumprissem as normas gerais



*Estimular o desafio e cultivar a paixão*

de distanciamento e higienização definidas pela DGS, garantindo assim no nosso entender uma prática segura tanto quanto possível.

Foi por isso, assim com estranheza que a nossa federação não se sentiu representada na comissão/grupo de trabalho criado pelo despacho nº 10831/2020, pois nem a CDP, COP ou CPP estavam presentes, da mesma forma que não reconhecemos nos especialistas indicados o conhecimento necessário para retratar o princípio de prática das diferentes atividades de 64 Federações Desportivas, nas suas inúmeras atividades com todas as suas especificidades. A incompreensão do que é o desporto na sua base é no nosso entender o principal fator para a tomada de um conjunto de decisões que consideramos injustas e desajustadas para a prática do desporto em geral.

Pensamos que o princípio através do qual se tem procurado concretizar a retoma das atividades na base está errado, vemos o governo com algum paternalismo na sua tomada de decisão e na sua ação, parecendo que olha para as federações e para o desporto como sendo instituições que não têm a capacidade de assumir as suas responsabilidades, e as responsabilidades das suas decisões. Afirmamos o que afirmamos, pela simples razão de vermos saírem orientações que “apontam o dedo” às práticas que se podem ou não realizar, mesmo contra as orientações das federações que as tutelam, em vez, de apenas ser feito aquilo que ao governo compete que é definir a janela de prática, ou seja, quais as regras para a prática das atividades, quanto ao distanciamento e higienização, ou ainda, quanto a normalização da utilização dos espaços desportivos, no fundo, onde se centra o conhecimento técnico da DGS.

Podemos felizmente afirmar que o desporto se organizou e apresentou rapidamente planos de adaptação das suas práticas, planos que foram desde logo validados pelas suas comissões médicas internas, garantindo assim que as questões específicas das modalidades eram ajustadas e validadas tecnicamente, por médicos que conhecem essas práticas e que naturalmente julgarão melhor o que se poderá ou não realizar em segurança.

O caso da FPAS é particularmente caricato, pois maioritariamente as nossas práticas são individuais e de ar livre, o que supostamente e face às orientações em vigor, deveria corresponder a que não existiria impedimento na sua realização, no entanto infelizmente tal não se verifica, ou porque os municípios não permitem que os praticantes acedam ao campo de prática, o mar, pois esses acessos encontram-se todos vedados, ou porque as forças de fiscalização (P.Munic., PSP, GNR e DGAM), nas suas competências atuam e impedem os praticantes de treinar, pois contraditoriamente às orientações a interpretação destas é que todos têm o dever ao recolhimento.

Se falarmos das estruturas de base do movimento associativo, então tudo se agrava, pois o que estamos a verificar não terá impacto só enquanto a pandemia existir, mas continuará muito para além desse período. Não nos podemos esquecer que o dirigente desportivo é maioritariamente voluntário, os treinadores que têm no desporto o garante do seu sustento, tiveram que procurar outras ocupações para poderem subsistir e não sabemos se irão voltar. Em concreto e no caso das atividades subaquáticas com a pandemia perdemos em 2020 para a prática do "sofá", obesidade, depressão e outras maleitas, 1/3 dos praticantes, 2/3 dos treinadores, e mais preocupante ainda 80% dos praticantes jovens com idade inferior a 16 anos.

Hoje os clubes desportivos estão devolutos, a prática desportiva está moribunda e a formação desportiva de uma geração está perdida.

O desporto é essencial, Portugal precisa!

Caxias, 10 fevereiro 2021

O Presidente da FPAS



(Prof. Ricardo Manuel Ramos José)